



**ATA DE REUNIÃO nº 02/2021
(CGSIPD)**

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
20/10/2021	14:00	15:00	Virtual	André Luiz C. e Cavalcante

2. Pauta

- SEI 0016845-87 – Estratégia Nacional de Cibersegurança
- SEI 0012389-94.2021 - Regulamenta a gestão de conteúdos no sítio da Internet
- SEI 0015703-48-2021 – Levantamento de maturidade em segurança da informação
- Proposta de implantação de protocolos

3. Participantes

Nome	Lotação	Ramal	E-mail
Raimundo de Campos Vieira	DG	7030	rcvieira@tre-ba.jus.br
M ^a Thaís Pinheiro Habib	SGPRE	7003	mthabib@tre-ba.jus.br
André Luiz Cavalcanti e Cavalcante	STI	7117	andre.cavalcante@tre-ba.jus.br
Antonio Moisés Almeida Braga	SGA	7063	ambraga@tre-ba.jus.br
Carla Lustosa Pinto da Silva	SOF	7170	clsilva@tre-ba.jus.br
Luciana Maria Freitas Fonseca	SGP	7183	lmfonseca@tre-ba.jus.br
Ricardo Leite Menezes	SJU (substituto)	7177	rlmenezes@tre-ba.jus.br
Victor Araújo Mesquita Xavier	SPL	7321	vaxavier@tre-ba.jus.br
Hercília Boaventura Barros	SJR	7050	bbarros@tre-ba.jus.br
Yuri Carpes Rosseto	SCR	9208	yuri.rosseto@tre-ba.jus.br
Daniele Silva de Jesus	ASCOM	7007	daniele.jesus@tre-ba.jus.br
Lia Mônica B. P. Freire de Carvalho	COGED	7067	lbcarvalho@tre-ba.jus.br
Amanda Bretas Machado	EJE	7040	amanda.machado@tre-ba.jus.br

4. Informes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pelo Diretor-Geral foi dada a justificativa de necessidade de se ausentar em virtude da realização de Sessão de Julgamento no mesmo horário e o STI pediu desculpas, pois pensou que não haveria Sessão em virtude da viagem do Presidente do Tribunal e disse que doravante estaria mais atento ao calendário de Sessões.

5. Discussão da pauta

	DESCRIÇÃO/DECISÃO	RESPONSÁVEL
1	SEI 0016845-87 – Estratégia Nacional de Cibersegurança CONSIDERAÇÕES:  A STI recomendou a leitura do documento de arquitetura de cibersegurança nesse processo SEI. Há também documento de Declaração de Aplicabilidade da Norma ISO 27.001 no processo e, lembrou o STI, há iniciativa estratégica para contratação de consultoria visando à certificação do TRE-BA nas normas ISO 27.001 e 27.701. Em relação ao tópico 2 da conscientização e capacitação, relatou que está sendo feita uma campanha em parceria com a ASCOM, intitulada “Papo de Nerd” (metodologia de ‘gameificação’ p/ que servidores sejam	CGSIPD



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	melhor conscientizados acerca da importância da cibersegurança). Quanto à capacitação, serão feitas tratativas entre a STI e SGP para realização de cursos e palestras sobre o tema no ano de 2022. Sobre controles criptográficos informou que está sendo feita licitação p/ atualização do Windows Server, onde fica o sistema de controle da rede do Tribunal. DECISÃO Foi dado conhecimento aos membros do Comitê.	
2	SEI 0012389-94.2021 - Regulamenta a gestão de conteúdos no sítio da Internet CONSIDERAÇÕES Foi mencionada a publicação da Portaria da Presidência nº 462/2021, que consta de processo SEI que foi aberto para todas as unidades do Tribunal terem conhecimento. DECISÃO Foi dado conhecimento aos membros do Comitê.	CGSIPD
3	SEI 0015703-48-2021 – Levantamento de maturidade em segurança da informação CONSIDERAÇÕES Foi feito um Levantamento inicial sobre os Controles de Segurança Críticos (versão 7.0b). Esse questionário foi desenvolvido pelo Desenvolvido pelo Center for Internet Security® (CIS), os CIS Controls são um conjunto prioritário e prescritivo de práticas recomendadas de segurança cibernética e ações defensivas que podem ajudar a prevenir os ataques mais generalizados e perigosos, dando suporte à conformidade em uma era de múltiplas estruturas. Índice obtido (0 A 5): TSE 1,25 (2ª medição) TRE-BA 0,76 (1ª medição) TRE-DF 0,37 (1ª medição) TRE-PB 1,52 (1ª medição) Embora TSE vá contratar consultoria, o TRE/BA irá por conta própria	CGSIPD



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	buscar alternativas para aumentar a maturidade em segurança da informação. DECISÃO Foi dado conhecimento aos membros do Comitê.															
4	Proposta de implantação de protocolos previstos na Portaria CNJ nº 162/2021 CONSIDERAÇÕES Essa Portaria trata de diversos protocolos: Item 2: O Órgão implementou os protocolos e/ou criou planos de ação para implementar os manuais publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021: <table><tr><td>Não</td><td>O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.</td></tr><tr><td>Não</td><td>O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).</td></tr></table> A proposta é que seja determinado ao CTSIPD que em 30 dias apresentem um plano de ação para implantação, em 180 dias, dos protocolos da Portaria CNJ 162/2021. DECISÃO Aprovado por unanimidade e CGSIPD encaminhará ao CTSIPD Memorando com pedido de apresentação do plano de ação.	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).	CGSIPD
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).															
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).															
Não	O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).															
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.															
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.															
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.															
Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).															

6. Fechamento da ata:

Esta ata será validada após análise e aceite do conteúdo disposto, que se dará através da assinatura eletrônica dos participantes citados no item 3, no documento correspondente, anexado ao SEI 16105-32.2021.6.05.8000.